



A atuação da Sudesul nas políticas de planejamento econômico para o Rio Grande do Sul

**Talita Alves de Messias¹
Alcides Goularti Filho²**

Resumo

A história da SUDESUL pode ser entendida como síntese de um movimento de intensificação da questão regional no Brasil. Ainda sob a sigla de SPVERFSP, foi criada sob o auge do planejamento econômico e para uma região de características muito específicas (inicialmente o Sudoeste, composto pelos estados Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, posteriormente, apenas a região sul, da qual se exclui o Mato Grosso). Essas especificidades regionais são resultantes, dentre outras determinações, de um país de extensão continental, de centros dinâmicos “voltados para fora” e de ampla utilização de mão de obra escrava. Tratando-se de um estudo de história econômica, buscar-se-á neste trabalho reconstituir a trajetória de atuação da superintendência no Rio Grande do Sul, identificando os projetos desenvolvidos pela SUDESUL nessa região, e as especificidades da economia gaúcha com relação à economia nacional. Para tanto, foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais, sendo estas últimas, documentos da SUDESUL, coletados ao longo dos três anos de pesquisa sobre o tema. Assim, este trabalho justifica-se pela contribuição que visa dar à reflexão sobre as políticas e instituições de

Recebimento: 21/11/2013 • Aceite: 6/12/2013

¹ Mestranda em Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: talita-alves@hotmail.com

² Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) do Curso de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), SC, Brasil. E-mail: alcides@unescc.net

desenvolvimento regional no Brasil, sobretudo preenchendo uma lacuna nos estudos referentes à SUDESUL. Contribui ainda para compreender a relação da autarquia com o planejamento do estado do Rio Grande do Sul, já que buscava compatibilizar as políticas regionais com as estaduais, em prol dos objetivos nacionais.

Palavras-chave: SUDESUL; Rio Grande do Sul; Planejamento; Questão Regional; História Econômica

The Sudesul role of economic planning policies for the Rio Grande do Sul

Abstract

The history of SUDESUL can be understood as synthesis of a movement of intensification of the regional issue in Brazil. Still under the abbreviation SPVERFSP, it was created at the peak of economic planning, for a region of very specific characteristics (initially, the south-west, compound by the states Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, and afterwards, only the south region, which excludes Mato Grosso). Those regions specificities are resultants, among other determinants, of a country with continental extension, “outward oriented” dynamic centers, and extensive use of slave manpower. Being this a study of economic history, it intends to reconstitute the trajectory of this superintendence’s acting in Rio Grande do Sul, identifying the projects developed by the SUDESUL in this region, and its economics specificities in relation to the national economy. For this, were used bibliographic and documentary sources, being the latter documents of SUDESUL, collected over the three years of research on the issue. In doing so, this paper justifies itself by the contribution it intends to give to the reflection on politics and institutions of regional development in Brazil, mainly filling the existing gap in studies about SUDESUL. It contributes also to understand the relation of this autarchy with the planning of Rio Grande do Sul, since its objective was to turn compatible the regional and states politics, in favor of the national objectives.

Keywords: SUDESUL; Rio Grande do Sul; Planning; Regional issue; Economic History

Introdução

Instituída a partir do Decreto-Lei 301, de 28 de fevereiro de 1967 e extinta pela Medida Provisória 151, de 15 de março de 1990, a Superintendência para o Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), atuou durante 23 anos na formulação, coordenação e orientação de planos de desenvolvimento da Região Sul do Brasil. Criada no bojo de um movimento nacional de fortalecimento de autarquias regionais, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste (SUDECO) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a SUDESUL atuava nos três estados da Região Sul (SC, PR e RS), com sede em Porto Alegre (GOULARTI FILHO; ALMEIDA; MESSIAS, 2011a). A instituição desenvolveu quatro projetos sub-regionais: Sudoeste-1 e Projeto de Desenvolvimento da Lagoa Mirim, para o Rio Grande do Sul, Noroeste do Paraná e Litoral Sul de Santa Catarina, que se justificavam por serem quatro regiões estratégicas à economia nacional. Os projetos alinhavam-se aos interesses nacionais, e estaduais de cada região, sendo inseridos algumas vezes nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (SENADO FEDERAL, 1975).

Desta forma, este estudo buscará reconstituir a trajetória de atuação da superintendência no Rio Grande do Sul, identificando os projetos desenvolvidos pela SUDESUL, e as especificidades da economia gaúcha com relação à economia nacional. O trabalho inicia com um estudo sobre a trajetória da SUDESUL; posteriormente, será analisado o Rio Grande do Sul dentro da formação econômica do Brasil para perceber suas especificidades, e por fim, a atuação da superintendência no Estado gaúcho. Como fontes, foram coletados documentos sobre a instituição, em bibliotecas de Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre.

A SUDESUL e as instituições de desenvolvimento regional

Há diversos estudos para explicar as disparidades entre as regiões brasileiras, e desde 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido nordestino, até a SUDENE, SUDAM e SUDECO recriadas na última década, o planejamento estatal foi se moldando às variadas interpretações sobre o processo em que se desenvolveram essas desigualdades e os modos de combatê-las. Na década de 1940, em meio à “Marcha para o Oeste”, foi criada a Fundação Brasil Central, para “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia

e Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (BRASIL, 1943). Já na Constituição de 1946, a intervenção federal nas regiões brasileiras mais “atrasadas” do ponto de vista do governo da época, se deu através da previsão de 3% da renda tributária da União, durante vinte anos, para execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e mais 3%, por tempo indeterminado, para execução do Plano de Defesa contra os efeitos da seca no Nordeste (IANNI, 2009).

Durante os anos de 1950, houve uma intensificação do debate acerca das disparidades regionais, dando origem a um novo movimento de criação de órgãos estatais de desenvolvimento regional. Foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), em 1956, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, sendo esta a de maior poder político e econômico.

Essas superintendências eram entidades autárquicas destinadas a desenvolver as regiões superintendidas, de acordo com as especificidades de cada região, considerando, portanto, também as disparidades intrarregionais. As autarquias de desenvolvimento regional possuíam então um desafio ainda maior que superar as disparidades macrorregionais: tinham de integrar o próprio território superintendido. As ações estatais em cada região periférica brasileira, muitas vezes nem chegaram a ser ações efetivas de desenvolvimento econômico no sentido de superar as disparidades. Percebem-se ações de ocupação demográfica para defesa do território, ou mesmo acomodação de interesses para conseguir levar adiante o processo de planejamento, sem mudanças estruturais capazes de superar as disparidades econômicas regionais.

No norte, a SPVEA tinha como principal objetivo a ocupação da Amazônia, por questão de defesa do território nacional e o aproveitamento dos recursos naturais daquela área, no sentido do ideal civilizatório que via a floresta e a população nativa como empecilhos ao desenvolvimento (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011b). A SPVERFSP também atuava sobre área fronteiriça, ocupando-se da região sudoeste desde o Mato Grosso até o Rio Grande do Sul. Já a SUDENE, criada no auge do planejamento do país, deveria desenvolver a região que chegou a ser a mais rica no período colonial, mas que sofria com a própria política do processo de planejamento nacional, que centralizava o capital no Sudeste, aumentando ainda mais as disparidades regionais.

A instabilidade política do período era cada vez maior, sobretudo com as discussões sobre as reformas de base; no campo econômico, as políticas adotadas eram recessivas e também não recebiam apoio do setor industrial. Todos esses fatores contribuíram para o Golpe de 1964, em que militares reacionários tomaram o poder, dando início a um período ditatorial, de repressões políticas e sociais. A prática de planejamento governamental manteve-se assim, dispondo de um amplo controle sobre todas as “variáveis” políticas, o que só havia ocorrido há duas décadas sob a ditadura de Vargas (IANNI, 2009). Neste contexto de administrações ditatoriais que a SUDESUL atuou durante a maior parte de sua existência

Deste modo, a maior preocupação da Ditadura Militar com a defesa do território nacional, e principalmente, com a necessidade de adequar as políticas de desenvolvimento regional às estratégias nacionais, levou a uma intensificação das ações das autarquias de desenvolvimento. Essas alterações nas estratégias políticas na ditadura, entre 1964 e 1985, não visavam mudanças nas estruturas sociais e políticas, e as instituições serviriam ao governo no sentido de assegurar a viabilidade do sistema econômico, conforme era pensado pelos governantes (IANNI, 2009). Por isso, as superintendências foram repensadas, extintas e recriadas com outras nomeações e novas atribuições: a SPVEA foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e em 1967, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a partir da extinta Fundação Brasil Central.

Com o Decreto-Lei nº 301, de fevereiro de 1967, foi extinta a SPVERFSP e criada a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, já utilizando a sigla SUDESUL, com o objetivo de controlar e coordenar a ação federal na área (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011a). A SPVERFSP era uma autarquia de profundas contradições: a alta rotatividade de superintendentes, por exemplo, era um dos fatores que impossibilitava a continuidade de projetos e impedia que a autarquia desenvolvesse um planejamento para coordenar ativamente o desenvolvimento da região. Neste modelo de atuação sem grande relevância, teve seu primeiro Plano Diretor aprovado apenas dias antes de sua extinção (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011a). Assim a SUDESUL surgiu não apenas para substituir esse modelo, mas principalmente para adequar-se ao *modus operandi* da ditadura militar.

A mais significativa mudança foi a da área de abrangência do organismo, em dezembro de 1967, em que a SUDESUL passaria a

abranger toda a extensão dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passaria a chamar-se Superintendência da Região Sul. Em 1969 o nome foi alterado novamente para Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Centralizando o poder de decisão no tocante às políticas de desenvolvimento para a região, foram firmados convênios entre a SUDESUL e entidades das mais variadas, como hospitais, universidades, secretarias dos estados, prefeituras municipais, empresas privadas e cooperativas que recebeu apoio de instituições internacionais, como a OMS (Organização Mundial da Saúde), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e OEA (Organização dos Estados Americanos) (GOULARTI FILHO; ALMEIDA; MESSIAS, 2011a).

Iniciando suas atividades, os primeiros projetos da autarquia eram ligados aos chamados “vazios socioeconômicos”, como pesca, turismo e recursos humanos, pesquisas referentes ao consumo de produtos industrializados e também à região sudoeste do Rio Grande do Sul, quando já foram desenvolvidos os estudos da primeira etapa do projeto Sudoeste I, o primeiro projeto sub-regional da autarquia. Neste sentido, elaborou-se um Estudo de Comercialização e Distribuição de Pescados e foram criadas as Secretarias do Turismo dos Estados da região e cursos universitários para esse setor. A autarquia atuou também na concessão de recursos aos governos estaduais para a estruturação de unidades de planejamento das Secretarias de Educação e Saúde; auxiliou na implantação de Associações de Municípios e formulou políticas de desenvolvimento para os três estados, além de produzir estudos sobre os grandes agregados econômicos e indicadores sociais da região (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983).

Após o período inicial, a SUDESUL consolidou sua atuação na região superintendida, através do aumento de estudos, projetos e publicações. Um dos planos de maior destaque produzido pela autarquia, no início da década, foi o Plano de Desenvolvimento Regional, devido a uma solicitação do Ministério do Interior para planejamento do PND. Nos estudos desenvolvidos para o Plano, foram selecionadas mais duas áreas, além do Sudoeste-1: Noroeste do Paraná e o Litoral Sul de Santa Catarina. O quarto projeto sub-regional, de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, resultou da incorporação da Secretaria Executiva e da Assessoria Jurídica da Sessão Brasileira da Comissão da Lagoa Mirim à superintendência, em 1971. Esses quatro projetos eram os mais importantes da autarquia, e buscavam “dinamizar espaços que, ultrapassando a dimensão microrregional,

apresentavam potencialidades ao exercício de funções econômicas de realce, sob a perspectiva estadual e/ou regional” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978b).

A área do Projeto Sudoeste-1 era formada por 19 municípios gaúchos, que sofriam recorrentes estiagens e enchentes. Já o Projeto da Lagoa Mirim, também no Rio Grande do Sul, tinha como objetivo o desenvolvimento do lado brasileiro da região, atuando principalmente na agricultura, através de projetos hidrológicos, como a construção de uma barragem eclusa no Canal São Gonçalo, para impedir a entrada de águas oceânicas na lagoa. Por originar-se de uma comissão internacional, este projeto foi o que envolveu maior número de organismos internacionais (GOULARTI FILHO; ALMEIDA; MESSIAS, 2011a). Apesar disso, segundo um artigo de Aramis Millarch publicado em 1974, em “face à limitação da capacidade operativa da SUDESUL, ao estabelecer sua política de gestão, os responsáveis pela autarquia resolveram concentrar recursos em atividades de impacto imediato: o Noroeste do Paraná e o Litoral Sul de Santa Catarina” (MILLARCH, 1974).

A região do Noroeste do Paraná possuía um dos maiores índices de densidade demográfica do país; metade da população e da atividade econômica do estado se concentravam nessa região, ainda que possuindo esta apenas um terço de seu território. Destacava-se na exportação de produtos agrícolas e, por isso, constou também como um dos projetos do II PND. Sendo uma das prioridades da autarquia, o projeto Noroeste do Paraná buscava adequar as atividades humanas à disponibilidade de recursos naturais, principalmente no controle à erosão. De forma distinta, o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina surgiu da necessidade de atuar ativamente no aproveitamento de seus recursos minerais, além de integrar seus municípios e melhorá-los no que diz respeito à infraestrutura (SENADO FEDERAL, 1975).

Havia ainda os Programas Especiais da SUDESUL, como o de Proteção ao Meio Ambiente, que através de vários projetos buscava “orientar a conservação do meio-ambiente e o uso racional dos recursos naturais”, e o Programa Especial do Oeste do Paraná (SENADO FEDERAL, 1975). Este tinha como objetivo desenvolver estudos para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, analisar seus impactos na vida social e econômica da região, e evitar os consequentes problemas que adviriam nessas esferas. Atuou também no desenvolvimento de estudos demográficos, sobre o Fenômeno Migratório da Região Sul (1975), e também em outros projetos setoriais, sobre agricultura, indústria, transportes e turismo.

Trabalhou junto a vários órgãos governamentais, como o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que estava presente no desenvolvimento dos quatro projetos sub-regionais (SENADO FEDERAL, 1975).

A atuação da SUDESUL, na segunda metade dos anos de 1970, foi no sentido de “maturação das ações iniciadas no período anterior” e implantação física de alguns projetos, assim como se observa nas outras autarquias de desenvolvimento regional (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989). E, num movimento nacional, o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro no início dos anos de 1980, leva à consequente queda da disposição de recursos financeiros destinados às autarquias. Apesar de a redemocratização a partir de 1985 aumentar consideravelmente essas verbas, os ajustes fiscais que passaram a ser feitos neste período levaram a SUDESUL a não somente buscar justificar sua existência, atuando na publicação de projetos, periódicos, estudos, relatórios, entre outros documentos, como também, através destes, captar recursos para dar continuidade a suas atividades. Ainda assim, em 12 de abril de 1990, a Lei n. 8.029 (a mesma de extinção da SUDECO e outros órgãos federais), assinada pelo então Presidente Fernando Collor, extinguiu a SUDESUL, já dentro do projeto neoliberal que marcaria o Brasil pelos próximos anos (GOULARTI FILHO; ALMEIDA; MESSIAS, 2011a).

Rio Grande do Sul na questão regional: formação econômica do estado e histórico de planejamento

As desigualdades, sociais, regionais ou produtivas, são inerentes ao processo de produção capitalista. No Brasil, a inserção nesse sistema já tinha como herança as heterogeneidades estruturais, dada sua dimensão continental e sua formação econômica. As desigualdades que dessa formação se originaram, portanto, têm raízes profundas na própria formação econômica brasileira (CASTRO, 1980). Ou seja, ao analisar a realidade regional e urbana do país, há que se ater às determinações históricas de longa duração, e determinações mais recentes sobrepostas às mais remotas, e assim dar atenção “aos fatores de *continuidade*, *inércia* e *rigidez* das desigualdades sociais e econômicas presentes no país e à persistência de assimetrias estruturais entre diversas regiões e classes sociais” (BRANDÃO, 2007, p. 90, grifos do autor).

Além disso, nenhuma região está alheia ao desenvolvimento ou à decadência de outra, assim como não é correto analisar o país como a

soma das regiões. Ao mesmo tempo em que São Paulo possibilitou maior articulação entre as regiões, e as favoreceu, foi acima de tudo o maior favorecido, sobretudo com os planos nacionais de desenvolvimento. Entretanto, assim como o próprio Estado brasileiro favoreceu a concentração regional brasileira, somente o mesmo Estado é capaz de revertê-lo. Para Furtado (1980, p. 239), “a tendência à concentração regional de renda é fenômeno observado universalmente [...]. Uma vez iniciado esse processo, sua reversão espontânea é quase impossível”. Deixada aos desmandos do *laissez-faire*, a “tendência” se resumiria na atração do capital pelo próprio capital, favorecendo sempre as regiões mais desenvolvidas.

O Brasil Meridional, compreendido atualmente pelos estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, teve desenvolvimento distinto das demais regiões brasileiras. Não despertou inicialmente grande interesse da colônia: “no auge do mercantilismo, não possuía metais preciosos e, com clima temperado similar ao europeu, pouco se prestava para o cultivo de plantas tropicais, como a cana de açúcar” (FONSECA, 2009, p. 6). Sobretudo no Rio Grande do Sul, a colonização tinha como principal objetivo a questão política da proteção territorial, diferentemente da ênfase dada à exploração econômica nas regiões nordestina, amazônica e mineira.

Assim o sul da colônia consolidou-se com a maior parte de seu território dividida em pequenas propriedades, voltadas principalmente para atividades de subsistência, articulando-se as outras regiões da colônia, apenas através do *boom* da economia mineira, com o fornecimento do gado sul-rio-grandense para exploração da região das minas. Com atividades econômicas destinadas ao interior da colônia, o Brasil Meridional possuía “características estruturais próprias”, em que a articulação com outras regiões possibilitou “um novo ciclo de desenvolvimento” (FONSECA, 2009).

Entretanto, com a decadência da economia mineira, a economia pecuária do Rio Grande do Sul também decaiu. Passou-se a produzir charque e trigo, sobretudo para exportação. Diminuído o papel do mercado interno na primeira metade do século XIX, as forças de desagregação começaram a movimentar a política brasileira. Dentro deste movimento, a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, fora possibilitada ainda pela guerra da Província Cisplatina em 1815, que militarizou a província. Com o advento da economia cafeeira, houve um fortalecimento da economia brasileira, acalmaram-se as forças de desagregação, e apareceram novas oportunidades de articulação entre as regiões. A abolição da escravidão e, posteriormente, a Primeira

República, foram outros fatores que deram a essa região uma economia de dinamismo peculiar:

[...] a novidade histórica do primeiro período republicano, que sucede imediatamente a abolição da escravidão, é que, nessa época, se configurou uma importante economia de mercado interno, especialmente a partir do desdobramento da produção agropecuária e agroindustrial das colônias de pequenos proprietários e da indústria de Porto Alegre. (HERRLEIN JR., 2002, p. 648)

Seguiu-se um período de expansão econômica e demográfica. O sul voltou a ser fornecedor do centro do país, “em reforço a sua ‘vocação’ de produzir para o mercado interno” (FONSECA, 2009, p. 9). A indústria ia se desenvolvendo na capital gaúcha, de caráter regional e fortemente articulada com o setor primário, menos concentrada e com maiores salários do que em São Paulo. A agricultura e pecuária seguiram se expandindo pela fronteira agrícola.

Essas características trouxeram ainda a formação das elites políticas gaúchas, outro aspecto muito característico do Rio Grande do Sul, distinto e determinante ao resto do país:

[...] posto que as mesmas não se vinculam diretamente ao mercado internacional e, tudo sugere, [são] mais abertas a visões diferenciadas do país, em comparação com as classes dirigentes hegemônicas – não raramente críticas à divisão internacional do trabalho e à especialização em alguns poucos produtos agrícolas com base na teoria das vantagens comparativas. Diante desses fatos, fica difícil não arriscar a hipótese que associa a formação econômico-social do Rio Grande do Sul à forte penetração do positivismo na província ao final do Império e, mais

tarde, já no século XX, às origens da “Revolução de 1930” e do trabalhismo. (FONSECA, 2009, p. 9).

No final dos anos de 1920 até início da década de 1940, o Estado gaúcho desempenhou suas atividades na forma de um federalismo mais autônomo, dominado por um grupo político divergente da velha classe dominante que vinha governando-o até então. A este Estado regional possibilitou-se então desenvolver ações relacionadas à integração e ampliação do mercado interno, fortalecendo e diversificando a economia regional. Essas ações se deram através de combate ao contrabando, estímulo à indústria regional, desenvolvimento de transportes, sobretudo ferroviário e fluvial, tributação da propriedade da terra e consequentes investimentos no ensino básico e técnico (HERRLEIN JR., 2002).

Com a mudança da classe dirigente em 1930, o Rio Grande do Sul recebeu um novo projeto econômico, que diversificava a produção e incrementava o mercado interno, ao mesmo tempo em que o projeto político era o de um Estado autoritário, configurando um novo modo de desenvolvimento econômico. Segundo Herrlein Jr., (2002), nesse período, diferentemente do que ocorreu no centro dinâmico do capitalismo brasileiro (complexo cafeeiro), o Rio Grande do Sul permitiu o processo de penetração das relações capitalistas através do desenvolvimento interno, abrindo espaço a uma diversificação da estrutura produtiva regional, de estrutura social menos desigual.

Todas essas especificidades do Rio Grande do Sul, por sua formação econômica e política, determinariam as políticas econômicas para este Estado e, ainda, a interferência de sua elite na política nacional, sobretudo com a tomada do Estado por Getúlio Vargas em 1930. A centralização do poder no Governo Federal, nesse período, trouxe o impedimento no que diz respeito à autonomia do Estado regional, de através de suas ações promover mudanças econômicas e sociais, colocando a cargo do Governo Federal as ações que estavam antes no Governo Estadual, esvaziando-o, e contrariando o papel decisivo que exerceu no desenvolvimento gaúcho até então. Com isso, a partir de 1930, Governo do Rio Grande do Sul dá continuidade ao padrão de acumulação regional, defasando a indústria gaúcha com relação à região sudeste, centro econômico do país (HERRLEIN JR., 2002).

De modo geral, Herrlein Jr. (2002) considera que entre 1920 e 1950, a economia gaúcha experimentou o processo de desconcentração

industrial e crescimento da produção. Em fins da década de 1950, com a integração do mercado interno brasileiro, e o conseqüente aumento da concorrência entre os estados, o Rio Grande do Sul perdeu mercado no sudeste com a intensificação da concorrência capitalista do mercado nacional, regionalizando-se ainda mais. Um problema foi determinante, sobretudo nas duas décadas após 1930: o esgotamento da fronteira agrícola impossibilitava a expansão agropecuária, conduzindo pequenos produtores à migração para o oeste catarinense (FONSECA, 2009). Nesse sentido, as relações do planejamento nacional para com este Estado, passam também pela intensificação concorrencial e a conseqüente perda de dinamismo econômico, já que concentrava seus investimentos no sudeste do país. Porém, “dado que a economia gaúcha só tem unidade na articulação com a economia brasileira”, e que com a centralização governamental intensificam-se os laços de interdependência e complementaridade inter-regional, ocorre a impossibilidade de desenvolver-se autonomamente (SOUZA, 1984, *apud* DALMAZO, 1991).

Na década de 1940, intensifica-se o processo de planejamento gaúcho, e segundo Dalmazo (1992, p. 13), com “a função de orientação econômica da industrialização”, periodizado pelo autor como um tipo de planejamento setorial entre 1940 e 1955 e por um tipo de planejamento global entre 1956 e 1974, a fase do planejamento setorial, inserida na chamada industrialização restringida brasileira, foi caracterizada por uma nova forma de racionalização dos recursos públicos, em que foi possível centralizar as decisões do Estado Regional e orientar suas ações no processo de industrialização gaúcha, que foi de profunda repercussão, segundo Dalmazo (1992). Através do planejamento, foi possível obter recursos internos, de bancos oficiais e também drenar recursos do Governo Federal para o Rio Grande do Sul, transformando questões estaduais e regionais em questão nacional. Os investimentos foram principalmente para a produção básica de insumos, bens e serviços, como energia elétrica e sistema portuário, intervenção direta e modernização do sistema agrícola, auxiliando também na reprodução do operariado, atenuando as perdas salariais e mantendo os custos da reprodução social (DALMAZO, 1992).

Já o segundo período, de planejamento global, caracterizou-se pelas grandes obras de infraestrutura para a economia gaúcha, realizadas juntamente ao Governo Federal, consolidando “os processos de integração e centralização política para a livre movimentação do capital” (DALMAZO, 1992, p.134). Foi uma experiência que revelou a

grande diferença existente entre um plano definido, com objetivos e metas, e as ações planejadas, em que os instrumentos e as variáveis básicas, como a política econômica e os recursos, não são controlados. Segundo o referido autor, “a dimensão de tais fatores conduziu à simplificação na forma do planejamento estadual”, concentrado, neste período, na capacidade de negociar e articular com o Governo Federal, “através da gestão política, da formulação de diagnósticos e da organização e do controle das finanças estaduais para drenar e atrair recursos e investimentos do Estado e de capitais privados” (DALMAZO, 1992, p. 135).

A atuação da SUDESUL nas políticas de planejamento econômico para o Rio Grande do Sul

Assim como na questão regional, o todo não pode ser compreendido como apenas a soma das regiões, a economia nacional não pode ser compreendida como a soma e participação de cada estado nessa economia.

A questão está na subordinação do Rio Grande do Sul à economia brasileira, que eventualmente põe São Paulo hierarquizando-se ao nosso Estado, mas sabendo-se que aquele também está subordinado ao todo. O problema não é o centro hegemônico; a questão está na totalidade e na relação dela com as suas partes (SOUZA, 1983, p. 171).

Assim, cada estado e cada macrorregião se inserem nesta lógica de subordinação aos movimentos maiores, coordenados pela totalidade do Estado brasileiro, comandados por São Paulo, o centro dinâmico do processo de acumulação. As políticas de desenvolvimento e o pensamento com que a SUDESUL trabalhou, inserem-se nessa lógica, e são demonstrados em alguns documentos da autarquia. Em um deles, especificamente, publicado em 1974, a autarquia considera que o desenvolvimento regional fica condicionado por alguns fatores, como os recursos destinados pelo governo federal; as vantagens de aglomeração e as economias de escala que favorecem as regiões mais desenvolvidas; a tendência de concentração no núcleo das atividades econômicas do sistema, desfavorecendo as regiões periféricas; e, por fim, a integração econômica e social que impõe às atividades econômicas das regiões periféricas, modificações de comportamento (BRASIL, 1974).

Neste sentido se caracterizavam as intenções da autarquia para com a macrorregião sul. No contexto do esgotamento da fronteira

agrícola sul-rio-grandense, o sudoeste do Rio Grande do Sul, por estar localizado na área da SPVERFSP, já vinha sendo estudado pela instituição desde seu primeiro plano, apresentado dias antes de sua extinção, assim como a Bacia da Lagoa Mirim e a região Noroeste do Paraná. Eram regiões de atividade econômica predominantemente agropecuária, que tinham suas produções afetadas por problemas como inundações, secas e erosão, e assim, os estudos, planos e projetos para estas regiões visavam o melhor aproveitamento da área para aumento da produtividade (BRASIL, 1967). Isso porque, segundo a autarquia, “coube à região sul ser predominantemente uma grande supridora de alimentos e matérias-primas, e produtora crescente de bens manufaturados intermediários” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978a, p. 5).

Definido o papel da região na economia nacional, a SUDESUL buscava coordenar a ação federal na área, buscando atender, através do auxílio ao planejamento estadual, os interesses nacionais.

A tônica do planejamento estadual centra-se nos seguintes aspectos: no ataque a certos pontos de estrangulamento da industrialização – a exemplo de grandes projetos de infraestrutura –; no soerguimento de setores decadentes – principalmente na produção de insumos básicos e abastecimento urbano –; e na criação de novas oportunidades dinâmicas de investimentos – são exemplos as obras que aprofundam a integração nacional e projetos de forte interesse nacional e que trazem vantagens locais (DALMAZO, 1991, p. 372).

Era esse o principal papel da SUDESUL, compatibilizar as ações das três esferas governamentais – federal, estadual e municipal – , visando atender aos interesses nacionais. Desta forma, desde 1968, foram desenvolvidos estudos básicos e atividades técnicas, na área que abrangia as Bacias Hidrográficas do Rio Ibicuí e da margem direita do Rio Quaraí, totalizando 52 mil Km², tendo sido a área denominada de Sudoeste-1. Porém, após os primeiros estudos, decidiu-se incluir a totalidade dos municípios, que antes pertenciam à sub-região apenas em parte, facilitando assim a análise dos dados municipais e

umentando a área de abrangência para aproximadamente 72 mil Km², formado por 19 municípios (BRASIL, 1974). Segundo um documento publicado pela SUDESUL em conjunto com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a sub-região possuía 24,4% da superfície agropastoril do Rio Grande do Sul, participando com apenas 15,1% do Valor Bruto de Produção do Estado. A maior parte era de produção animal e derivados (62,1%), e a área de pastagens ocupava 90% da área total da sub-região (BRASIL, 1974).

Além disso, estudos da superintendência constataram que as transformações na composição setorial do produto interno no Brasil, após 1950, foram mais intensas que na região sul, ou seja, o crescimento do setor industrial do país, em detrimento do setor agrícola, foi maior do que a transformação ocorrida na região sul. Concluiu-se que isso ocorreu devido ao maior crescimento agrícola nesta região que no cenário nacional, reafirmando, segundo a instituição, a “consolidação histórica da inserção regional na economia brasileira, segundo a qual coube à região sul ser predominantemente uma grande supridora de alimentos e matérias primas e produtora crescente de bens manufaturados” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978a, p. 5). Para explicar esse processo histórico, a superintendência destaca, no mesmo estudo, a questão da concentração industrial na região cafeeira, e a dependência que tinha o setor industrial sulista da agricultura.

Com o crescimento do país e o conseqüente aumento da demanda por alimentos, o processo de expansão da fronteira agrícola se fortaleceu nacional e regionalmente. Na região sul, as pequenas propriedades foram fundamentais, apesar da pouca mecanização, trabalho familiar e depredação do solo e das matas (sendo a depredação na época, uma preocupação mais pela queda da produtividade que pela questão ambiental) (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978a). Diante dessas questões, com o objetivo de aumentar a produtividade, iniciaram-se entre 1969 e 1970, estudos sobre pedologia, geologia, hidrologia, climatologia, sociedade e economia rural (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972).

Em 1971, após os estudos por solicitação do MINTER, a SUDESUL assumiu o Sudoeste-1 como um de seus projetos sub-regionais prioritários, com o objetivo de “criar um processo de desenvolvimento integrado na zona da campanha gaúcha, baseado em atividades hidroagrícolas” (SENADO FEDERAL, 1975). Para tanto, efetivaram-se em 1972 dois protocolos. O primeiro foi firmado entre o Ministério da Agricultura, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e

a SUDESUL, com o objetivo de compatibilizar ações para a execução do projeto, constituir uma Junta Diretiva para dirigi-lo e homologar a escolha do município de Alegrete como área pioneira. O segundo protocolo buscava a “perfeita conjugação de esforços das entidades signatárias, visando à implantação do projeto”, e foi firmado entre todas as instituições que participavam do Grupo Consultivo (BRASIL, 1974). Foi neste mesmo ano que a SUDESUL passou a transferir seus estudos às instituições que progressivamente iam se encarregar de continuar a execução dessas operações: Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura, ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural), universidades, prefeituras, associações e sindicatos rurais, estabelecimentos de crédito, cooperativas e demais órgãos responsáveis pelo desenvolvimento local, ficando com a SUDESUL a coordenação, como característica de um órgão-meio (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972).

Entretanto, quando o Projeto Sudoeste-1 foi aprovado, as suas atividades já estavam encaminhadas. A partir dos estudos realizados anteriormente, foi elaborado o Plano Diretor, tendo sido programados dois projetos-piloto e o projeto de desenvolvimento. Os projetos-piloto foram montados em São Pedro do Sul, para atividades agrícolas, e em Santa do Livramento, para pecuária. Já o projeto de desenvolvimento, terceira etapa do Plano Diretor, teve implantação no município de Alegrete, que era considerado o mais representativo da região, com vistas a encontrar um “modelo básico de desenvolvimento válido para toda a região” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972).

A agropecuária na área da sub-região consistia principalmente na pecuária extensiva em campos de pastagem natural, com gado de corte e ovinos para produção de lã, seguida pela produção de arroz em áreas irrigadas, e na produção de trigo e milho não irrigados em terceiro lugar (BRASIL, 1974). Para o problema da estiagem, resultados do Projeto apontados pela SUDESUL foram proporcionados por poços-teste implantados na área, através dos quais foi possível conhecer os 20 bilhões de metros cúbicos de água subterrânea a uma profundidade de até 160 metros, com recarga anual suficiente para a implantação de até 3 mil poços, com vazão média de 100 mil litros por hora, o que possibilitaria à região uma reserva de água para até 8 anos de completa estiagem (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972). Para a produção de trigo e milho, a superintendência apontava o fomento do governo federal, que visava, com o aumento da produtividade brasileira, reduzir a sua importação.

Através do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi realizado em 1975 um estudo que objetivava montar um sistema simplificado de planejamento e avaliação para o Projeto Sudoeste-1. Ainda neste mesmo ano, realizou-se, com a Fundação Padre Landell de Moura (FEPLAN), um programa em que se produziriam cursos radiofonizados para “promoção e educação” da população do meio rural de Alegrete, buscando o apoio e mobilização da população para os objetivos do PS-1. Esses programas seriam transmitidos diariamente, durante 15 minutos, através da emissora local e abordaria temas relativos à agricultura e pecuária (SUDESUL, 1976). Em nota divulgada no jornal carioca *Jornal da Manhã*, em 1971, o superintendente da SUDESUL, Paulo Afonso de Freitas Melro, considerava que:

Mais que um simples projeto de desenvolvimento, o projeto de Alegrete é uma verdadeira revolução na técnica de desenvolvimento integrado, de vez que, com a implantação de novas técnicas agropastoris numa área representativa, acumulará experiência, treinará pessoal, aumentará conhecimentos da população rural e tudo isso poderá ser empregado na extensão do programa aos demais municípios do Projeto Sudoeste-1 (RAPOSO, 1971).

Dados os problemas de produtividade da região, o projeto era realmente algo inovador, que aumentaria a rentabilidade daquelas terras. Porém, percebem-se neste discurso do superintendente, alguns desses projetos que eram uma base para manter a hegemonia do sistema político ditatorial do período, sobretudo para uma Superintendência como esta em que seu modelo de desenvolvimento estava mais centrado na exploração de recursos naturais para atender ao mercado nacional, que o desenvolvimento propriamente dito.

Por outro lado, alguns dos trabalhos produzidos pela SUDESUL foram fundamentais para estudos posteriores sobre alguns dos problemas do sudoeste rio-grandense. Um dos estudos de maior relevância neste sentido foi o “Diagnóstico sobre a presença de areais na região sudoeste do Rio Grande do Sul”, publicado em 1975. Neste documento, os técnicos da SUDESUL identificaram areais nos

Municípios de Quaraí e Alegrete, apresentando uma análise geral do fenômeno de erosão na área (GOMES; CARVALHO; BARBOZA, 1990). Segundo Bellanca (2002), baseado na data e no ineditismo do documento, acredita-se que seja o primeiro trabalho a tratar do problema dos areais.

Ainda com os recursos financeiros proporcionados pelas altas taxas de crescimento econômico da primeira metade da década de 1970, entre 1974 e 1976 foram instaladas novas Unidades Operacionais (a primeira havia sido a de Alegrete), sediadas em Santa do Livramento, Júlio Castilhos, São Gabriel, Uruguaiana, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e São Pedro do Sul e somaram então oito unidades em operação (MINISTÉRIO DO INTERIOR, [197_]). Dada à constatação de que cerca de 50% da capacidade dos matadouros frigoríficos do Rio Grande do Sul estavam fora da sub-região, foi decidido implantar em Alegrete um matadouro frigorífico por iniciativa da Cooperativa Rural Alegretense Ltda., estando sendo construído, já em 1974, por intermédio do Projeto Sudoeste-1 (BRASIL, 1974). Desta forma, até 1976, os resultados alcançados pela SUDESUL apontados pela própria superintendência foram: a redução da mortalidade de bovinos em 0,7 pontos percentuais, o aumento da produtividade da pecuária bovina de corte, devido ao manejo adequado de pastagens melhoradas empregadas, de 56 para 290 Kg de peso vivo por hectare ao ano. Na agricultura, a área de lavoura teria crescido 116% em apenas um ano; teriam sido assistidas 660 propriedades rurais e obtido créditos, concedidos pela rede bancária, para projetos destinados ao setor (SUDESUL, 1976).

Porém, iniciada a crise econômica na segunda metade dos anos 1970, a provisão de recursos para o Projeto Sudoeste-1 passa a ser reduzida. Em 1976, os recursos destinados seriam tão somente para manutenção das atividades que já vinham sendo desempenhadas, de modo que a implantação de novas Unidades Operacionais como estava previsto, não poderia ser realizada, nem tampouco garantir o funcionamento dos poços-teste de Alegrete. Nesse ano, o recurso recebido foi aproximadamente 58,89% abaixo do programado (MINISTÉRIO DO INTERIOR, [197_]). Não são muitos os projetos de cunho mais social que aparecem nos documentos da SUDESUL, e têm ainda descrições muito vagas do que se tratavam realmente. Em 1976, por exemplo, a autarquia publicava que 750 pessoas, distribuídas em 150 famílias, seriam atendidas em programas de bem-estar social (SUDESUL, 1976). Mas em um período em que a disparidade de rendas entre ricos e pobres aumentava, havia arrocho salarial, e o

crescimento econômico era colocado como objetivo primordial, fica difícil definir o que seria para esta instituição um “programa de bem-estar social”.

Analisando a trajetória da SUDESUL, é possível perceber que não fora criada por tensões políticas e sociais, como no caso da SUDENE. Porém, enquadrava-se na mesma diretriz em que durante a Ditadura Militar objetivavam as políticas de desenvolvimento regional: “assegurar a viabilidade e a prosperidade do sistema econômico vigente na forma concebida pelos governantes” sem, entretanto, alterar as estruturas políticas e sociais, mantendo o *status quo* (IANNI, 2009, p. 240). Segundo documento escrito pela autarquia e publicado em um periódico da Fundação de Economia e Estatística em 1974:

Como não poderia deixar de ser, o tratamento é diferenciado segundo o nível de desenvolvimento e as necessidades de cada região. Considerando a situação da região sul, não seria justificada uma política de incentivos como a do Norte e Nordeste, que viabiliza a instalação de indústrias que, em outras condições, não encontrariam vantagens locais naquelas regiões (BRASIL, 1974, P. 116).

Por superintender uma região já de considerável desenvolvimento, rica em recursos naturais estratégicos ao Governo Federal, buscava o melhor aproveitamento das potencialidades, das “oportunidades socioeconômicas” de que dispunha a região, engajando-a ao projeto nacional de desenvolvimento de industrialização brasileira (SENADO FEDERAL, 1975). Em outras palavras, enfatizava o papel da região sul como fornecedora de bens primários ao mercado nacional, e seu projeto de desenvolvimento (se é que se pode chamar assim), era aumentar a produção desses bens em um momento em que o crescimento da economia aumentava a demanda por eles.

Nos últimos documentos publicados pela SUDESUL, o PS-1 já nem aparecia mais como projeto da instituição. Foi o primeiro sub-regional a ser criado, e o primeiro a ser extinto. Na década de 1980, o sudoeste do Rio Grande do Sul se incluía no planejamento da autarquia através do Programa de Açudes e Poços, que incluía também o norte do estado e o oeste catarinense. E para a campanha gaúcha, o sudoeste-

1, eram utilizados estudos desenvolvidos pelo PS-1. Já que era o período em que a SUDESUL passava a justificar sua existência, para evitar sua extinção, que acabou por ocorrer em 1990.

Considerações finais

Com esse estudo, foi possível constatar como a relação entre o planejamento nacional e estadual e o papel desempenhado pela SUDESUL se desenvolveu no Rio Grande do Sul através do projeto Sudoeste-1. Em primeiro lugar, percebe-se que a SUDESUL não possuía um projeto de desenvolvimento propriamente dito. Com o objetivo de coordenar a ação federal na área, sua atuação se resume a aproveitar ao máximo as potencialidades da região. Ela fazia parte de uma tecnoestrutura estatal: esfera de poder, na qual é possível verificar, mais do que em qualquer outra, “o intercâmbio e a metamorfose do *político* em *econômico*, e vice-versa” (IANNI, 2009, p. 295). Ou seja, com o discurso político de desenvolvimento da região, a SUDESUL atuava, buscando a máxima valorização do capital, através da exploração de seus recursos naturais, acomodando interesses e promovendo crescimento econômico.

É o que podemos perceber, através da análise de seus documentos, e os discursos típicos da época, como este que segue, trecho de uma palestra proferida pelo Ministro do Interior Gen. José Costa Cavalcanti (órgão ao qual a SUDESUL estava subordinada) em 1971:

Embora relativamente próspera, com renda equivalente a 18% do montante nacional numa área inferior a 7% do território brasileiro, a macrorregião compreendida pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não poderia ser deixada ao sabor de sua marcha espontânea, em termos de região. Tivesse o Governo decidido não intervir no seu progresso de crescimento, este possivelmente prosseguiria, mas a um maior custo. Pagaríamos o preço da lentidão, do desacerto de medidas isoladas, de gastos paralelos, da não melhor aplicação de recursos e, sobretudo, de desencontradas políticas

de desenvolvimento (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972).

Atuando na maior parte de sua existência sob ditadura militar, a SUDESUL estava inclusa em um período em que a prática de planejamento governamental era mantida dispondo de um amplo controle sobre todas as “variáveis” políticas, o que só havia ocorrido há duas décadas sob a ditadura de Vargas (IANNI, 2009). Assim, a instituição atuava também através de pequenos projetos de ideologização dos ideais impostos pelo Estado para a região. É desta forma, controladas as objeções aos projetos da SUDESUL, e toda crítica que poderia ser desenvolvida sobre ela, que ela aparecia como uma “superintendência de desenvolvimento”, quando nem mesmo um projeto de desenvolvimento possuía.

Neste sentido, a SUDESUL aparece, além de “parte do aparelho de reprodução da hegemonia das classes dominantes” (GOULARTI FILHO; ALMEIDA; CARDOSO, 2012), como uma instituição que dentro do objetivo máximo de valorização do capital intrínseco ao planejamento econômico capitalista, organiza e hierarquiza a produção da Região Sul na articulação com a economia brasileira. Permanecem as desigualdades, por vezes amenizadas, mas sempre mantidas. Os espaços que carregam essas estruturas são ainda muito distintos, e mesmo sendo alterados pelo desenvolvimento da ação humana, mantêm características específicas que subordinam e são subordinadas pelas outras instâncias sociais, determinando e sendo determinadas pelo processo histórico de desenvolvimento (SANTOS, 2002). Sendo a economia nacional o *locus* onde se processa o movimento geral do capital, é ela mesma que determina a apropriação do valor e distribuição da produção do valor nas atividades produtivas departamentais (bens de capital e bens de consumo), determinando também na integração gaúcha à economia nacional, as relações hegemônicas nesse estado (SOUZA, 1983, 1984, *apud* DALMAZO, 1991).

Referências

BELLANCA, Eri Tonietti. **Uma contribuição para a explicação da gênese dos areais do Sudoeste do Rio Grande do Sul**. 2002. 88 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2685/000375233.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007. 238 p.

BRASIL. Decreto-Lei 5.878 de 4 de outubro de 1943. **Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=7343&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Interior. **Primeiro Plano Diretor 1967-1969**. Porto Alegre, 1967.

BRASIL. Ministério do Interior. SUDESUL. Projeto Sudoeste 1. In: **Indicadores Econômicos**. v.2, n.3. Porto Alegre: FEE, 1974. p. 115-121..

CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. 2 v.

DALMAZO, Renato Antonio. Planejamento estadual no Rio Grande do Sul – 1959-74. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 11, n.2, p. 368-393, 1991.

DALMAZO, Renato Antonio. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul – 1940-74**. Porto Alegre: FEE, 1992.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O Brasil Meridional na Formação Econômica do Brasil. In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme (org.). **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 116-125. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/brasil-meridional.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

GOMES, Alba Maria Baptista; CARVALHO, Carmem Spalding de; BARBOZA, Vera Regina Dubois. Estudo de Geomorfologia: Alegrete, RS. **Estudos Avançados** [online]. São Paulo. 1990, vol.4, n.9, pp. 243-254. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141990000200013>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides; ALMEIDA, André Scholl de; CARDOSO, Marlon Acássio Casagrande. SUDESUL - Suas Concepções de Desenvolvimento e Suas Estratégias no Processo de Planejamento

1956-1989. In: **Trabalhos do 6º Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/eeg/?p=trabalhos>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides; ALMEIDA, André Scholl de; MESSIAS, Talita Alves de. A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990. In: **Trabalhos do V Encontro de Economia Catarinense**. Florianópolis, 2011a. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica/> Acesso em: 15 jan. 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides; ALMEIDA, André Scholl de; MESSIAS, Talita Alves de. 2011b. Instituições e Desenvolvimento: uma análise comparativa da trajetória econômica e financeira das superintendências de desenvolvimento regional no Brasil 1970-1990. In: **Stas. Jornadas de Historia Económica**. Montevideo, 2011b. Disponível em: <<http://www.audhe.org.uy/21-el-estado-empresario-en-iberoamerica-desempeno-concepciones-y-vinculos-con-la-politica-economica/>> Acesso em: 24 jan. 2013.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 23, Número Especial, p.645-668, 2002.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MESSIAS, Talita Alves de. A atuação da SUDESUL nas políticas de desenvolvimento econômico no Litoral Sul de Santa Catarina (1970-1990). In: **XII Encontro Nacional de Economia Política**. Rio de Janeiro, 2012. In: <http://www.sep.org.br/artigos?conference=17&title=&author=talita+alves+de+messias>. Acesso em: 01. set. 2012.

MILLARCH, Aramis. **Projetos da SUDESUL**. (Artigo de Aramis Millarch originalmente publicado em 13 de julho de 1974). Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/projetos-da-sudesul>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Programação da SUDESUL para 1977**. Porto Alegre: SUDESUL, [197_].

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **A integração, o desenvolvimento da região sul e o Ministério do Interior**. Porto Alegre: SUDESUL, 1972.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Dinâmica e Diagnóstico da Região Sul**. Súmula Preliminar – Circulação Restrita. Porto Alegre: SUDESUL, 1978a.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **SUDESUL: 10 anos de atividades – 1967-1977**. Porto Alegre: SUDESUL, 1978b.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Região Sul em Perspectiva**. Porto Alegre: SUDESUL, 1983.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Relatório de atividades - 1989**. Porto Alegre: SUDESUL, 1989.

RAPOSO, Cursino. Sudesul tem projeto contra seca e enchente. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 nov. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&PagFis=25778>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2002.

SENADO FEDERAL. **V encontro de estudos e debates: o II PND e os programas de desenvolvimento regional no Estado de Santa Catarina**. Brasília: Senado Federal, 1975. 263 p.

SOUZA. Enéas Costa de. Da dinâmica do capital à subordinação da economia gaúcha. **Ensaio FEE**. v. 4 n. 1. Porto Alegre: 1983. P. 167-74.

SUDESUL. **A instituição e suas atividades**. Porto Alegre: SUDESUL, 1976.